

# Relator pretende evitar impasse constitucional

O relator da Comissão Mista que examina a mensagem presidencial que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), disse ontem que a única fórmula intermediária entre a reivindicação da sociedade civil de uma Constituinte exclusiva e a emenda do Governo que delega o poder de elaborar a nova Constituição ao Congresso Nacional eleito em 86 é a possibilidade de eleição dos delegados constituintes indicados pelos partidos. A afirmação foi feita ontem após uma reunião do deputado com o presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e com o líder do seu partido, Pimenta da Veiga. De acordo com o parlamentar paulista, "o País tem instituições políticas frágeis que tornam arriscado qualquer impasse constitucional".

Também participou da reunião o relator da Comissão Mista que examina a redação de uma emenda constitucional que devolva ao Poder Legislativo as suas prerrogativas, o deputado Cássio Gonçalves (PMDB-MG). De acordo com o parlamentar mineiro, o partido está preocupado em encontrar fórmulas que permitam um consenso em torno das idéias que vêm sendo debatidas. Por isso, a reunião se limitou a discussão de temas como o fim dos decretos-leis, do decurso de prazo, Constituinte exclusiva, delegados constituintes, e outros mais.

Sem conseguir encontrar uma solução para esses problemas, os peemedebistas voltaram a se reunir à noite, na residência do presidente da Câmara dos Deputados.

De acordo com o deputado Flávio Bierrembach, tanto Ulysses Guimarães como Pimenta da Veiga mostraram-se preocupados com a posição do Congresso Nacional perante a sociedade de hoje. O relator da emenda da Constituinte disse ainda que é praticamente inevitável a apresentação de um substitutivo a emenda do presidente da República, José Sarney, que delega poderes Constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em 86.

Bierrembach disse que desde que assumiu a posição de relator da emenda Constituinte o único contato que teve com algum setor do Governo foi feito com o líder do seu partido, Pimenta da Veiga. O parlamentar paulista acredita na possibilidade de se encontrar uma solução negociada que possa agradar a todos.

Ele explicou que nos últimos 20 anos as instituições que formam a sociedade civil cresceram em representatividade política — apesar desta não ser uma função específica das instituições. Isso porque os canais de participação da sociedade eram os partidos políticos, que estavam "entupidos". Assim, as representações da sociedade civil — como OAB, ABI — passaram a desempenhar a defesa das reivindicações dos diversos segmentos sociais. Na medida em que a normalidade democrática for se efetivando, os partidos passaram a ser fortalecidos exercendo a representação política que lhes cabe perante a sociedade civil. Mas, no período de transição em que o País se encontra, isso não é possível.

Na opinião de Flávio Bierrembach, a Constituinte deverá levar cerca de 6 meses para apresentar a redação do novo texto constitucional. No entanto, esse prazo está diretamente ligado à autonomia da Assembleia. Se ela acumular as suas funções originárias de controle do Poder Executivo, elaboração das leis e discussão dos temas de interesse da sociedade — como ocorre atualmente no plenário — com a confecção de um novo texto constitucional, o prazo para o término dos trabalhos não pode ser facilmente previsto.

Sobre anistia, o deputado disse haver alguns argumentos técnicos jurídicos que podem servir de empecilhos para a sua aprovação juntamente com a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas, sempre é possível uma solução negociada, na opinião de Flávio Bierrembach. O principal problema dos que não foram ainda anistiados é a reintegração ao serviço e o recebimento dos atrasados.

A antecipação das eleições da Constituinte, para evitar a sua coincidência com o pleito que escolherá os governadores de estado em 86, também foi apoiada pelo relator. Para ele uma boa data poderia ser o 07 de setembro, que além das razões simbólicas permite que a justiça eleitoral tome as suas providências em tempo hábil.

## Sarney

O Conselho Político do Governo se reúne hoje com o presidente José Sarney para examinar as tendências predominantes nas bancadas do Congresso, em relação à emenda do governo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte para o ano que vem. Segundo o ministro Fernando Lyra, o presidente Sarney está disposto a deixar o assunto inteiramente entregue ao Congresso, sem interferência do governo nas mudanças que o projeto original poderá sofrer.

O ministro Fernando Lyra, de sua parte, afirmou que a proposta do Governo, também chamada "emenda Sarney", é a melhor possível, não encontrando justificativas para a elaboração de um substitutivo global.

Lyra, depois de despacho com o presidente Sarney, declarou-se contrário à tese da candidatura de delegados constituintes, defendida por alguns setores do Congresso:

— Não vejo porque lançar mais candidatos, se eles podem estar organizados em algum dos 30 partidos que estão por aí, disse o ministro, completando: isso tornará o quadro político ainda mais complicado.

## Alteração é criticada

"Esse pessoal quer apagar a lâmpada para que as pessoas não encontrem uma saída", queixou-se ontem o vice-líder Celso Barros (PFL-PI), ao criticar com veemência as propostas de alteração da emenda do Executivo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Após considerar que seria um "retrocesso político" retirar a chamada "emenda Sarney", o vice-líder fez severas críticas ao comportamento do relator da emenda, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), que, segundo ele, "não pode discrepar" da orientação do Governo, por ser relator do partido do Governo. O líder José Lourenço, a seu lado, concordou com as críticas.

A respeito da posição de Bierrembach, de considerar dignas de apreciação as propostas estranhas à proposição original, Celso Barros comentou: "É uma postura que eu não diria dubia, mas inconsistente". Para o vice-líder do PFL, não há o menor sentido na alegação de que uma emenda convocando a Constituinte deveria ser de autoria do Legislativo, e não do Executivo. "Se o Executivo manda a emenda, e nós podemos alterá-la totalmente, que diferença faz?", indaga ele, enfatizando que "em lugar nenhum do mundo" qualquer Constituinte foi convocada até hoje pelo Legislativo, mas sempre pelo Executivo.

Incluir matérias como desincompatibilização de candidatos às eleições, eleição de delegados constituintes e anistia são tentativas, segundo classificou Celso Barros, de "tumultuar o processo". Como relator "escolhido por um partido que apoia o governo", Flávio Bierrembach não tem o direito, segundo o vice-líder do PFL, de divergir daquilo que foi direcionado pelo Governo, devendo, ao contrário disso, "tomar um rumo, um caminho, que seja o caminho do partido". Segundo ele, a emenda Sarney é a melhor e que tem maior respaldo junto à opinião pública, dedução que ele tira valendo-se da conclusão de que "os que defendem outras fórmulas são uma minoria". Por isso, no seu entendimento, a retirada da emenda seria um "retrocesso político".

"Queremos votar a emenda do presidente Sarney totalmente limpa, como está, sem alterar nada", enfatizou o líder José Lourenço, que disse "subscrever" as críticas feitas por Celso Barros a possíveis mudanças. "Não tem nada que acoplar uma série de coisas que nada têm a ver com Constituinte".

ANC 88  
 Pasta 10/85-1  
 001/1985